

A IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO NA FORMAÇÃO E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Catarina Rodrigues dos Santos da Silva Mourão¹
Sónia Mafalda Pereira Ribeiro²
Cristiana Dias de Almeida³

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar, através da revisão da literatura, a importância da investigação na formação e exercício profissional dos Assistentes Sociais. Recorremos à análise do espólio académico português, mediante uma revisão sistemática e, posteriormente realizámos uma análise qualitativa da informação obtida. Este estudo foi realizado nos meses de novembro e dezembro de 2022, na base de dados do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). Foram encontrados 2366 resultados, tendo-se selecionado seis para a presente revisão sistemática. Com base na análise dos diferentes autores abordados, conclui-se que a investigação não só é importante e fulcral na formação académica, como também na prática profissional dos assistentes sociais.

Palavras-chave: Investigação. Serviço Social. Formação. Exercício Profissional.

ABSTRACT: This study aims to analyze, through a literature review, the importance of research in the training and professional practice of Social Workers. We resorted to the analysis of the Portuguese academic studies, through a systematic review and, subsequently, we carried out a qualitative analysis of the information obtained. This study was carried out in November and December 2022, in the Scientific Open Access Repository of Portugal (RCAAP) database. A total of 2366 results were found, of which six were selected for this systematic review. Based on the analysis of the different authors addressed, it is concluded that research is not only important and central in academic training, but also the professional practice of social workers.

Keywords: Investigation. Social service. Training. Professional Exercise.

¹Licenciada em Psicologia na Universidade Católica do Porto e Mestranda em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga.

²Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa. Professora auxiliar no Instituto Superior Miguel Torga. Membro integrado no TRIE - transdisciplinary research center for innovation & entrepreneurship ecosystems Lusofona Group.

³Doutora em Serviço Social, pela Universidade Católica Portuguesa/ Universidade de Coimbra (Programa Interuniversitário de Doutoramento em Serviço Social). Docente na Universidade Lusófona Centro Universitário do Porto e no Instituto Superior Miguel Torga.

I. INTRODUÇÃO

A investigação em Serviço Social tem vindo a assumir uma maior importância para um efetivo exercício da profissão de Assistente Social. Tal como nos diz Martins (1999) ou mesmo Monteiro (2014), historicamente, o Serviço Social era reconhecido como uma profissão focada na prática e na ação profissional e não como uma profissão produtora de conhecimento. Aliás, Martins (1999) afirma mesmo que os Assistentes Sociais contribuíam para a recolha de dados de investigação, mas não produziam conhecimento, ficando, relativamente à investigação, subalternizados a outros profissionais.

Em Portugal, somente nos anos de pós ditadura [período do denominado Estado Novo], e nos primeiros anos da democracia, é que a investigação começa a assumir um papel de maior relevância no Serviço Social. Atualmente, o Serviço Social assume a importância da produção dos seus próprios conhecimentos para fazer frente às transformações sociais, uma vez que é considerada como fundamental para a obtenção de conhecimentos e bases para a prática profissional (MONTEIRO, 2014; NUNES, 2003). É uma profissão interventiva e investigativa, na medida em que o exercício profissional do Serviço Social exige investigação permanente para que “não se torne meramente pragmático, sem intencionalidade e clareza de finalidade” (FRAGA, 2010, p. 41). É a postura investigativa permanente que permite um exercício profissional reflexivo, planeado, com uma orientação e com cientificidade.

1420

A especificidade da investigação em Serviço Social reside no investigar “para agir sobre o real-social. Nasce não só da necessidade explicar e compreender os problemas sociais, mas de intervir e agir sobre eles” (FERREIRA, 2001, p. 56).

Nesta conformidade, a investigação em Serviço Social assume-se de uma particular importância na formação em Serviço Social, estabelecendo a dimensão interventiva e investigativa da profissão como indissociáveis, como forma de combater as desigualdades sociais.

I.1 OBJECTIVO e METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo contribuir para (re)afirmar a importância da investigação em Serviço Social na formação e exercício profissional dos Assistentes Sociais. Para isso, utilizámos como método uma revisão sistemática, de carácter exploratório e descritivo e, posteriormente, realizámos uma análise qualitativa da informação obtida.

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura que utilizou artigos publicados de forma integral e gratuita na base de dados utilizada.

A colheita dos dados ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2022. Foi realizada uma pesquisa no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)⁴, com as palavras-chave “investigação” e “Serviço Social” e obteve-se cerca de 2366 resultados. Após consulta dos títulos, dos resultados obtidos e tendo por base o nosso objeto de análise, diminuimos para cerca de 100 artigos. De seguida, seleccionámos aqueles que abordavam: 1) a importância da investigação na formação académica no Serviço Social; 2) a importância da investigação no exercício profissional dos Assistentes Sociais. Após esta triagem, a amostra final foi composta por seis artigos, pelo que o trabalho que se apresenta reflete a análise destes trabalhos recolhidos. Uma vez que quatro destes trabalhos pertencem a dois autores, por forma a facilitar a leitura, optamos por fazer a apresentação dos resultados através da agregação dos estudos por autor.

1.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2008, num estudo elaborado por Alcina Martins, foram abordadas três grandes questões: a investigação em Serviço Social na formação e na nova organização da profissão após atribuição do grau de licenciatura; a desregulamentação da formação à tendência para a desqualificação com o processo de adequação a Bolonha; e os paradoxos e os desafios à investigação em Serviço Social em Portugal (MARTINS, 2008). Neste estudo foi realçada a importância da investigação na formação académica e profissional na área de Serviço Social. No entanto, para esta autora a investigação não só é importante durante a formação académica (ensino público e privado), como também na formação do agir, ou seja, após inserção no mercado de trabalho. A autora refere:

Para que os Assistentes Sociais desenvolvam uma postura investigativa no exercício profissional, torna-se necessário que a investigação corresponda efetivamente a uma componente da sua formação de base, ao ser ensinada tanto no plano disciplinar como de aplicação e treino, de iniciação à prática de investigação” (MARTINS, 2008, p. 33).

Foca-se a criação, em 1992, da Associação de Investigação e Debate em Serviço Social (AIDSS), que teve como principais objetivos o apoio à investigação, na promoção do debate

⁴ Este portal permite o acesso a comunicações, a conferências, a teses e dissertações e, ainda, a revistas científicas, de inúmeros repositórios portugueses.

em Serviço Social, na organização de ações de formação e na edição anual da revista *Intervenção e Debate em Serviço Social* (BRANCO, 2008; MARTINS, 2008).

Martins, neste obra aponta algumas limitações/críticas relativas à formação acadêmica em Serviço Social, como a falta de controlo da qualidade de formação das Instituições de Ensino Superior (IES) - que teve como consequência a produção em massa de Assistentes Sociais; a formação de mestrado e doutoramento em Serviço Social ser exclusivo do ensino privado universitário⁵; a constante desvalorização da investigação na graduação dos Assistentes Sociais, mais presente nos cursos com menos duração, o que tem impacto na ação profissional dos mesmos (MARTINS, 2008). Note-se que, em 1999, Martins produziu um estudo (“Génesis, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português”) onde foram abordadas as mesmas questões/ desafios que se mantêm atuais decorridos 12 anos (até à obra que estamos a analisar), ou seja, docentes doutorados são cruciais para uma boa formação acadêmica em Serviço Social. Existe uma grande inscrição de alunos e, apesar de a qualificação académica dos docentes ter evoluído, não acompanha o crescimento exponencial dos alunos inscritos (MARTINS, 1999; MARTINS, 2008). A autora chama, ainda, a atenção, de que como a produção de conhecimentos em Serviço Social está essencialmente associada às teses/ dissertações realizadas no âmbito dos cursos académicos e como essas dissertações e teses não são publicadas, nem partilhadas, é como se essa produção de conhecimento fosse inexistente - tanto para a academia como para os profissionais (MARTINS, 2008).

Já Daniela Monteiro (2014), no seu trabalho denominado “A importância do Mestrado em Serviço Social como espaço de aproximação entre investigação e agir profissional” analisa o ponto de vista dos profissionais de Serviço Social no relacionamento entre a ação profissional e a investigação, bem como analisa o lugar da investigação na formação académica em Serviço Social. Utilizando uma metodologia qualitativa de natureza exploratória, onde realizou onze entrevistas a profissionais do Serviço Social (com mestrado), concluiu que existe uma aproximação evidente entre a investigação e o agir profissional.

Monteiro (2014) refere que atendendo à história do Serviço Social, em tempos de ditadura, a sua ação era vista como sem questionamentos sobre o porquê e no para quem. Em Portugal, só após o 25 de Abril de 1974 é que se intensifica um maior interesse pela

⁵ Somente em 2010, em Portugal, é que um estabelecimento de ensino universitário público passou a ministrar o Doutoramento em Serviço Social.

investigação (produção de conhecimento) em Serviço Social (MARTINS, 2008; BRANCO, 2008; MONTEIRO, 2014; FERREIRA, 2018). No decorrer da obra, Monteiro refere as características sócio históricas para a fase de institucionalização do Serviço Social - surgimento de pesquisas centradas na análise histórica da profissão no regime salazarista (realizadas por profissionais de outras áreas que participaram na fase de institucionalização do Serviço Social). De acordo com a autora [MONTEIRO (2014)], estes aspetos remetem para a importância que os profissionais sentiram na procura sobre a sua “identidade real” e não a “identidade imposta” (identidade que era imposta pelo Estado de ser uma profissão de agir e não produzir). Em termos académicos e profissionais as grandes transformações, em Portugal, ocorreram nos finais da década de 80 inícios da década de 90 – em 1989 é atribuído o grau de licenciatura aos assistentes sociais e, seis anos mais tarde, o grau de mestre (BRANCO, 2008; MARTINS, 2008; MONTEIRO, 2014). É neste período que se afirma e consolida a investigação em Serviço Social.

Monteiro (2014), em concordância com Martins (2008), identifica as mesmas preocupações quanto aos impactos do Processo Bolonha – houve um aumento exponencial de cursos em Serviço Social (no ensino politécnico, privado e público). Torna-se necessário incluir a investigação na prática profissional, para que deste modo os assistentes sociais possam melhorar e evoluir as suas práticas profissionais e, conseqüentemente, não haja uma diferenciação entre assistentes sociais interventivos e assistentes sociais investigativos - produtores de conhecimento (MONTEIRO, 2014). De forma a concretizar tais desideratos, tornou-se necessário a criação de condições para o desenvolvimento da investigação em Serviço Social, como uma política de apoio à investigação, à qualificação académica de docentes e investigadores e à criação de centros de investigação (MARTINS, 2008; MONTEIRO, 2014).

Salientam-se algumas descobertas da autora que, face ao tema que estamos a analisar, consideramos relevantes: 1) no que diz respeito à motivação para a escolha da licenciatura em Serviço Social, Monteiro, identificou apenas três subcategorias: a) curso foi recomendado, b) sentimento de identificação com a profissão – relacionamento humano, c) contacto anterior com assistente social; 2) Quanto à motivação para a escolha de mestrado em Serviço Social, a autora catalogou-os em seis subcategorias: a) atualização de conhecimentos, b) oportunidade face ao surgimento do Mestrado em Portugal, c) desafio após vários anos sem formação universitária, d) necessidade de construção identitária, e) necessidade de carreira académica e questionamento da intervenção, f) contribuição para a

produção de conhecimento. Estes dados revelam a importância da investigação na academia e na prática profissional, ou seja, “o mestrado é encarado como uma revitalização dos conhecimentos e intervenção (...) o espaço da formação é, também, um importante espaço de construção identitária para os profissionais” (MONTEIRO, 2014, p. 49).

De acordo com as informações prestadas por algumas das entrevistadas no estudo de Monteiro, não se evidencia nenhuma relação/ impacto entre o mestrado e a carreira profissional; ou seja, para estas participantes, o facto de possuírem o grau académico do mestrado não teve qualquer impacto (positivo ou negativo) na sua carreira profissional. Entende-se que, mesmo em contexto profissional, a investigação, a aposta na evolução académica e profissional não é ainda incentivada /valorizada, na sua totalidade.

Monteiro conclui no seu estudo defendendo que a frequência do mestrado por parte dos assistentes sociais se rege pela preocupação pela sua profissão, bem como pela sua construção identitária- isto contribui para o reconhecimento da importância da relação entre a investigação e o agir profissional (MONTEIRO, 2014). A autora vai mais longe quando afirma que é:

[...] necessário incluir a investigação num projeto profissional, para que os assistentes sociais transformem possíveis práticas rotineiras em práticas construtivas e pró-ativas e que, desta forma, se amplie cada vez mais a investigação em Serviço Social para além da atividade académica, de modo a que não se observe, nem se reproduza, uma divisão estatutária entre assistentes sociais interventores e assistentes sociais produtores do conhecimento (Monteiro, 2014, p.46).

A obra “Produção Científica no Serviço Social Português: Construir o Futuro Preservando o Legado” (FERREIRA, 2018) tem como principal objetivo analisar a produção científica de doutoramento em Serviço Social, até 2018, em universidades e estabelecimentos portugueses. Ferreira adotou uma metodologia qualitativa, de revisão de literatura, concluindo que esta produção científica corresponde a uma nova dimensão identitária do Serviço Social, centrada na investigação, na produção e na disseminação do conhecimento.

A produção científica não pode ser entendida de forma isolada nem do desenvolvimento teórico metodológico e pedagógico, nem do contexto histórico e social em que a mesma se forma (MARTINS, 2008; BRANCO, 2008; FERREIRA, 2018). Ferreira na sua obra averigua o “como” e o “porquê” de hoje o Serviço Social partilhar com a comunidade científica a sua produção. Analisa o momento em que o Serviço Social em Portugal passou de uma área que usa apenas o saber/ a prática, para a construção e divulgação de saberes próprios. Com a inexistência de qualificação de doutoramento em Serviço Social nas universidades portuguesas, é celebrado um protocolo entre o Instituto Superior de

Serviço Social de Lisboa (ISSSL) e a Universidade Católica de São Paulo – Brasil (PUC-SP) com o objetivo de qualificar o corpo docente (MARTINS, 2008; BRANCO, 2008; FERREIRA, 2018). Ferreira assinala as principais mudanças que ocorreram com as lutas que as escolas e profissionais desenvolveram e com o protocolo assinado com a PUC-SP, em 1987: o reconhecimento da licenciatura em Serviço Social, que levou ao credenciamento e inserção dos Institutos Superiores de Serviço Social no sistema de ensino universitário português; dois Mestrados em Serviço Social (1987 e 1992); reconhecimento da autonomia científica para ministrar o Mestrado em Serviço Social pelas escolas portuguesas (1995); primeiro programa de doutoramento em Serviço Social no ISSSL (1997) (FERREIRA, 2018). Estas evoluções e mudanças levaram a que até 1998, através do programa inicial, se qualificassem 14 mestres e que até 2006 o Serviço Social português formasse 11 doutores. A cooperação com o Brasil frutificou-se através do intercâmbio de docentes e investigadores em programas de cooperação para o ensino e para a investigação (MARTINS, 2008; BRANCO, 2008; FERREIRA, 2018).

Nos dias de hoje, a prática é vista como um objeto de pesquisa. Os assistentes sociais na sua prática trabalham com pessoas e usam instrumentos de pesquisa para recolher os seus dados – que precisam de ser analisados com teorias explicativas. “E porque não há prática neutra, a prática do Serviço Social deve ser alicerçada em conceptualizações teóricas e conceções da vida e do mundo, que favoreçam a mudança” (FERREIRA, 2018, p. 8). Até 2017 foram produzidas 54 teses, ou seja, houve 54 produções de conhecimento, sendo que 11 foram defendidas no programa de pós-graduação da PUC-SP, e 44 produzidas em estabelecimentos em Portugal (BRANCO, 2009; FERREIRA, 2018). Ferreira, na sua obra analisa as 54 teses produzidas entre 1993 e junho de 2018. As primeiras produções científicas têm como tema “Trajetórias do Serviço Social e Processos de Formação” – devido à inexistência de conhecimento em Serviço Social. Houve também produções científicas relativas à temática “agir profissional, fundamentos, teorias e práticas” que emergiram com a preocupação da relação direta à prática profissional, no sentido de fortalecer a prática com conhecimentos. As produções relativas ao tema “Estado, Sociedade e Políticas Públicas” ocorreram por haver a necessidade de emergirem políticas públicas de direitos e cidadania. No que diz respeito à temática “Demanda e Direitos Sociais”, Ferreira, refere que em semelhança à categoria “agir profissional”, os investigadores/ profissionais partem da sua prática para a construção do objeto de pesquisa. Por fim, a categoria “Valores, Conhecimentos e procedimentos meta-teóricos” emerge da necessidade de encontrar um novo caminho, uma nova lógica, na

produção científica (FERREIRA, 2018). Constata-se que num período de 26 anos apenas foram produzidas 54 teses em Serviço Social, sendo que durante um período de nove anos (de 1993 a 2002) apenas se realizaram sete teses (FERREIRA, 2018).

Branco, na sua obra, “A Investigação em Serviço Social em Portugal: Trajetórias e Perspetivas” (2008) teve como objetivo apresentar uma visão geral da investigação em Serviço Social, quer no plano da formação inicial, quer no âmbito da pós-graduação académica e ainda da pesquisa organizada em centros de investigação. Salienta dois aspetos principais que interrogam o modo como o ensino e a prática de investigação se desenvolvem em Portugal: o reduzido debate académico sobre esta questão da investigação e a escassa incorporação dos procedimentos e dispositivos de investigação na intervenção em Serviço Social (BRANCO, 2008). Constatando-se a existência de uma escassa incorporação dos procedimentos e dispositivos de investigação na intervenção em Serviço Social, como se explica a incoerência entre uma maior qualificação académica para a investigação e a contínua prática profissional pouco sustentada no estudo e investigação? É certo que a questão de investigação não se pode subsumir apenas à academia. Uma boa prática profissional requer uma base de estudo sustentada em investigação em Serviço Social (MARTINS, 2008; BRANCO, 2008; MONTEIRO, 2014).

Branco após uma revisão de literatura do Serviço Social português defrontou-se com três teses que justificam o pouco desenvolvimento da investigação: 1) Uma primeira tese que remete para o “peso das atribuições sócio institucionais do Serviço Social” (2008, p. 50) – onde revela que a profissão de assistente social emerge (historicamente) de uma profissão interventiva, uma profissão prática, e não uma profissão de produção de conhecimentos; 2) Uma segunda tese que se foca na “cultura e habitus profissional”, que se rege pelo domínio da ação perante o conhecimento; 3) uma terceira tese centrada na “insuficiente formação de pesquisadores” do passado e que ainda não foram suprimidas no presente – mesmo com a evolução/desenvolvimento curricular registado.

Ao longo de todo o trabalho o autor ressalva como sendo de uma importância nuclear a existência de um debate teórico profundo sobre diversas áreas relacionadas com a investigação em Serviço Social, contextualizado na contemporaneidade do desenvolvimento académico no Serviço Social português. Refere o autor:

O percurso da investigação na formação em Serviço Social saldou-se pelo enriquecimento do perfil profissional do Assistente Social ao qualificar os novos diplomados para a atividade de investigação, com resultados encorajadores nas aquisições e integração de conhecimentos e competências para a investigação,

observáveis nos estudantes que concluíram a sua formação (BRANCO, 2008, p. 50).

O artigo “A profissão de Assistente Social em Portugal” (BRANCO, 2009) tem como foco a análise da profissão de Assistente Social, bem como a sua evolução histórica em Portugal. Destaca a luta das escolas de Serviço Social portuguesas, durante o período de Ditadura em Portugal, para verem reconhecido o grau de licenciatura e da integração do Serviço Social na Universidade Pública. Este fenómeno culminou com o reconhecimento do grau de licenciatura em 1989 (MARTINS, 2008; BRANCO, 2008 & 2009; MONTEIRO, 2014) e, em 2000, é criado o curso de licenciatura em Serviço Social no ensino universitário público (Universidade dos Açores). De 2003 a 2017 houve um aumento de diplomados e licenciados em Serviço Social, podendo-se afirmar que uma das características que marca a atual situação do Serviço Social como profissão em Portugal é o crescimento exponencial dos seus efetivos, num curto espaço de tempo (BRANCO, 2009; FERREIRA, 2018). Vale a pena citar largamente o autor, quando refere que, a partir de 1996:

Multiplica-se a criação de novos cursos de Serviço Social, com o fim do regime de 3 escolas históricas, com uma alteração completa do panorama da formação em Serviço Social em Portugal (...). As propostas formativas configuram um mosaico com tipificações diversas, quer quanto aos perfis das áreas de formação matriciais e da sua relação com o Serviço Social enquanto área científica predominante, quer quantos os modelos de formação específica, designadamente formação experiencial, quer ainda quanto à capacitação para a investigação e produção de conhecimento (BRANCO, 2009, p. 73, 74)

O alargamento e a diversidade da formação em Serviço Social acarretam problemas à qualidade e regulação da formação profissional, inclusivamente na capacitação para a investigação, e que podem contribuir para uma “desprofissionalização, que se afigura problemática para o projeto de desenvolvimento profissional do serviço social em Portugal” (BRANCO, 2009, p. 83). Para este projeto de desenvolvimento, afigura-se de extrema importância a organização profissional dos assistentes sociais em Portugal. Somente em 1978, depois da implementação da democracia, se constatou um avanço significativo nesta matéria, com a criação da Associação dos Profissionais de Serviço Social. Em 2003, foi apresentada à Assembleia da República, o pedido de constituição da Ordem Profissional, tendo a mesma sido criada pela Lei 121/2019 de 25 de setembro, encontrando-se a aguardar a sua regulamentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De revisão sistemática realizada, conclui-se que historicamente o Assistente Social era reconhecido como um profissional interventivo, com um carácter mais pragmático e não como um profissional produtor de conhecimento.

A luta constante, por parte dos Assistentes Sociais, pela afirmação e consolidação do Serviço Social como disciplina autónoma, partiu por valorizar e credenciar a investigação. Na atualidade, a investigação em Serviço Social é emergente na medida em que é fundamental para o exercício profissional dos assistentes sociais, assumindo-se que “o Serviço Social tem um conhecimento próprio. (...) Contudo apesar destas mais-valias, e no que diz respeito a Portugal, é ainda necessário investir muito mais nestes domínios” (CARVALHO, 2014, p. 325, 326).

Verifica-se com base na análise dos diferentes autores abordados, que a investigação não só é importante e fulcral na formação académica, como também na prática profissional dos assistentes sociais. Constata-se, após análise e estudo dos diferentes artigos e autores, sobre a temática da importância da investigação em Serviço Social, a pertinência de os profissionais de Serviço Social adotarem uma postura investigativa.

Fraga lança várias questões, designadamente (2010, p. 42) “como o Assistente Social pode atuar se não investiga, se é um profissional que trabalha com a viabilização do acesso aos direitos dos usuários? Como refletir e construir conhecimento sem a pesquisa do cotidiano de trabalho profissional? Como atuar efetivamente sem suporte investigativo?”. Por outras palavras,

Se tivermos em conta que o conhecimento não é um estado, mas um processo, a renovação e inovação em Serviço Social torna-se um imperativo ético. Requer constante reflexão e abordagens ativas e criativas (distribuidoras de poder) face aos desafios que a realidade lhe coloca. Neste contexto o Serviço Social é desafiado a abrir-se a diferentes teorias, metodologias e temas de investigação e os profissionais são incitados a tornar efetiva a investigação nas suas práticas” (Carvalho, 2014, p. 330).

O exercício prático da profissão do Assistente social implica um conhecimento crítico da realidade e das relações sociais e a atitude investigativa faculta e fomenta esse conhecimento. Assim, conclui-se crucial ampliar a investigação em Serviço Social não só durante o 1º ciclo (licenciatura) - de modo a dar competências investigativas aos alunos/futuros assistentes sociais, mas também na carreira/prática profissional – para reforçar as ferramentas necessárias aos assistentes sociais de forma a produzirem conhecimento e a melhorarem o seu agir profissional, defensor dos Direitos Humanos.

Consideramos que a investigação assume uma particular importância numa profissão “reconhecida pela sua intervenção junto das populações em situação de vulnerabilidade social” (MONTEIRO & BRANCO, 2021, p. 95). Granja e Queirós (2011) referem

A constituição do Serviço Social como disciplina científica produtora autónoma de conhecimentos sobre a transformação da realidade social exige investimento numa epistemologia da prática como fonte impulsionadora da investigação que resulte de uma actividade reflexiva que envolva profissionais, investigadores e populações numa articulação fecunda entre os saberes teóricos e a prática, onde a teoria orienta e guia a prática e esta por sua vez alimenta a teoria (GRANJA & QUEIRÓS, 2011, p. 234)

Após todas as lutas dos profissionais e da academia, bem como toda a evolução do Serviço Social, é imprescindível que a geração de hoje e as vindouras continuem a construir o legado de construção, consolidação e difusão de conhecimento em Serviço Social. Investigar em, de e para o Serviço Social será o grande potencializador e desafio no desenvolvimento do Serviço Social português na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BRANCO, F. A investigação em Serviço Social em Portugal: trajetórias e perspetivas. *Locus Social*, v. 1, p. 48-63, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/locussocial.2008.10144>

BRANCO, F. A Profissão de Assistente Social em Portugal. *Locus Social*, v. 3, p. 61-89, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/locussocial.2009.10160>

CARVALHO, I. A Pesquisa do Serviço Social em Portugal: evidências e provocações. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 13, n. 2, p. 325 - 336, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/19276/12513>

FERREIRA, M. Produção Científica no serviço social português: construir o futuro preservando o legado. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social* v. 1, n.º 1, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22877>

FERREIRA, J. Serviço Social e toxicodependência. *Toxicodependências*, v. 7, n.º 2, 51-58, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3ZjRAHe>

FRAGA, C. A Atitude Investigativa no trabalho do Assistente Social. *Serviço Social e Sociedade*, n. 101, p. 40-64, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000100004>

GRANJA, B.; QUEIROZ, M. Problemas e desafios da investigação em serviço social. *Problemas e desafios da investigação em serviço social. Intervenção Social*, Lisboa, n.º 38, 2011. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1051/1/IS_n38_12.pdf

MARTINS, A. *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia. Lisboa, 1999.

MARTINS, A. Investigação em Serviço Social no Portugal contemporâneo: paradoxos e desafios. *Locus Social*, v. 1, p. 32-47, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/locussocial.2008.10143>

MONTEIRO, D. A importância do Mestrado em Serviço Social como espaço de aproximação entre investigação e agir profissional. *Interconexões*, v. 2, n.º 2, p. 39-61, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/interconexoes.2014.8586>

MONTEIRO, D.; BRANCO, F. O ensino da metodologia de investigação na formação inicial em Serviço Social: entre a transversalidade exigida e a predominância da metodologia qualitativa. *NTQR, Oliveira de Azeméis*, v. 7, p. 95-106, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3r4t4gx>

NUNES, M. Estatuto legal da carreira dos assistentes sociais. I Encontro Nacional de Assistentes Sociais promovido pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra (texto policopiado), 2003.